

NOTAS SOBRE A ATUALIDADE DO CONCEITO DE FORMAÇÃO DISCURSIVA

NOTES ON THE PRESENT OF THE CONCEPT OF DISCURSIVE FORMATION

Jefferson Voss¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo discutir alguns pontos da história da formulação e aplicação do conceito de formação discursiva na relação entre três textos franceses igualmente enunciados em solo brasileiro. Os textos são de Jean-Jacques Courtine, Jacques Guilhaumou e Dominique Maingueneau. Os nomes não são aleatórios: trata-se de três autores que constituem conceitos na rede de formulações teóricas da Análise de Discurso na França e que são recorrentemente citados na manutenção desse domínio de saber no Brasil. Por isso mesmo, o que justifica meu texto é a necessidade de ler no encontro dessas três enunciações uma tentativa de garantir atualidade ao conceito de formação discursiva para o *a priori* histórico do discurso da Análise de Discurso no Brasil. A fim de dar consistência teórica à análise, me volto paradoxalmente ao texto de Michel Foucault (1970), *A Ordem do Discurso*, em que ele traça quatro princípios para o exame da função de existência do enunciado: a especificidade, a inversão, a descontinuidade e a exterioridade. Dando relevo ao princípio da especificidade do enunciado na série enunciativa, procuro demonstrar que muito mais que uma verdade ontológica, ou um texto fundador, ou a especificidade de um pai, a circulação de um conceito está determinada à vontade de verdade que dá condições às práticas discursivas que lhes são subjacentes.

PALAVRAS-CHAVE: Formação discursiva; Análise de discurso francesa; História das ideias linguísticas.

ABSTRACT: This paper aims to discuss some points on the concept of discursive formation's formulation and application. I elaborate my point by putting in relation three French texts equally stated in Brazilian soil. Jean-Jacques Courtine, Jacques Guilhaumou and Dominique Maingueneau separately wrote each one of these three texts. Moreover, I have not randomly chosen their names: they are three authors who constitute concepts across theoretical formulations of Discourse Analysis in France, and, because of that, they are often cited in order to keep this area of knowledge in Brazil. So that my argument is justified by the need of analyzing, throughout the meeting of those three statements, an attempt to define the current status of the concept of discursive formation to the historical *a priori* for the Discourse Analysis' discourse in Brazil. In order to be guaranteed of some theoretical approach, I turn my attention to the famous conference by Michel Foucault (1970), *L'ordre du discours*, in which he exposes four principles to examine the statement's function of

¹ Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Maringá e doutorando em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. É bolsista de doutorado junto ao CNPq, processo número 151107/2011-4, e ex-bolsista CAPES junto ao Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior, processo número 8753-12-1. jeffersonvoss@gmail.com

existence: specificity, inversion, discontinuity, and exteriority. Underlining the principle of specificity of a statement through the series of statements, I aim to demonstrate that a concept's circulation does not depend on an ontological truth, or on a founding text, or on the specificity of a father; it is determined by the will to truth, which offers historical conditions to the underlying discursive practices.

KEYWORDS: Discursive formation; French discourse analysis; History of linguistic ideas.

INTRODUÇÃO

Deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade (FOUCAULT, 1970², p. 53).

O princípio da especificidade, junto ao da inversão, da descontinuidade e da exterioridade, é um dos traços que definiu as exigências metodológicas que o trabalho de Foucault lhe havia colocado e que seriam levadas a cabo também em seus trabalhos posteriores – conforme o filósofo e historiador do discurso anuncia em sua aula inaugural no *Collège de France* em 1970 (FOUCAULT, 1970). Esse princípio, o da especificidade, diz respeito à singularidade do acontecimento na série enunciativa. Foucault (1970) adverte que o discurso não é cúmplice de nosso conhecimento. Em seguida, consta o trecho que acima apresento como epígrafe.

Filiando-se a Foucault (ibidem), há de se conceber o discurso, portanto, como uma prática violenta que impomos às coisas, prática que em todo o caso impomos às coisas na produção de efeitos de verdade. Os enunciados, átomos do discurso, encontram o princípio de sua regularidade na irrupção dessas práticas. Por isso mesmo, o aparecimento de enunciados é regido também por um princípio de exterioridade. A exterioridade do discurso diz respeito às suas condições externas de possibilidade, no sentido de que o discurso, mesmo levando-se em conta sua especificidade, deve ser descrito em relação “àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras” (ibidem, p. 53). Dentre as noções que devem servir para a análise – que se impõem como exigências metodológicas –, Foucault (ibidem) elege as de acontecimento, de série, de regularidade e de condições (externas) de possibilidade. A noção de série, de acordo com Foucault (ibidem), é a que se opõe termo a

² Optei por citar, durante o texto, os anos de publicação original das primeiras edições, principalmente nos casos em que as edições de que dispomos tenham datas muito recentes, o que dificultaria, no limite, a compreensão da dimensão cronológica que dá sentido aos dados e à argumentação.

termo à noção de unidade, assim como acontecimento se opõe à criação, regularidade à originalidade e condição de possibilidade à significação.

Foucault, de modo similar ao que discute em *A Arqueologia do Saber* (1969), assevera que “a história há muito tempo não procura mais compreender os acontecimentos por um jogo de causas e efeitos na unidade informe de um grande devir, vagamente homogêneo ou rigidamente hierarquizado” (1970, p. 56). Descrever as transformações históricas dos discursos coloca em pauta a tarefa de suspender vários tipos de unidades de discurso, vinculadas a uma história geral e teleológica. Por outro lado, é preciso descrever uma regularidade, garantir um efeito de conjunto à dispersão dos enunciados no arquivo, independentemente de o interesse ser ou não o de descrever a *formação discursiva* de um saber.

Não por acaso, *A Ordem do Discurso* é um dos textos mais famosos e mais conhecidos de Foucault (1970). É curto, sintético, decisivo e extremamente sujeito à aforização. O cuidado com as formulações garante um efeito de futuridade ao trabalho de Foucault relativamente àquilo que ele já havia produzido e que, talvez por “mérito” e muito mais provavelmente pelo acaso da história – a especificidade do acontecimento na série –, naquele momento, lhe rendia a honra da cátedra de *História dos Sistemas de Pensamento* no *Collège de France*. A retórica de Foucault (ibidem), contudo, impõe um temor ao acontecimento da aula: Foucault teme o inevitável; Foucault teme entrar na “ordem do discurso”.

Atualizando a abordagem arqueológica de tratamento do enunciado em série, Foucault define então, em *A Ordem do Discurso* (1970), algumas exigências de método que passam a se impor após a conclusão do que já havia realizado. Tais exigências dizem respeito a estes quatro princípios de tratamento do enunciado (dentre os quais acabo de tentar definir, acima, o funcionamento de dois): os princípios de inversão, de descontinuidade, de especificidade e de exterioridade.

Inspirado, principalmente, no princípio da especificidade, a propósito do qual dei início ao texto e que diz respeito à descrição da regularidade do enunciado, o objetivo deste ensaio é o de *rascunhar*, daí o sentido de “notas” no título, uma certa atualidade da noção de *formação discursiva* em textos franceses oferecidos ao arquivo por “fundadores” das *análises de discurso*³. Ao mesmo tempo, e isto institui um paradoxo em minha argumentação, narro a

³ Opto, às vésperas de defender minha tese de doutorado, por “tornar evidente” a existência de diferentes modos de se fazer *análises de discurso*. Muito embora já tenha havido e ainda haja muita discussão a respeito do que é a análise de discurso (um campo, uma disciplina, uma ciência, uma teoria etc.), nos limites desse texto, suspendo a

passagem, em Foucault, do tema mais específico das formações discursivas (1969) para as direções mais gerais de abordagem da regularidade do enunciado na série (1970).

Coloco em relação três textos relativamente recentes que discorrem, de algum modo, sobre a atualidade da noção de formação discursiva – tão cara e estranha às análises de discurso: 1) “Discurso, história e arqueologia”, uma entrevista concedida por Jean-Jacques Courtine (2010) a Cleudemar Fernandes e publicada em 2010; 2) *Os Historiadores do “Discurso e a Noção-Conceito de Formação Discursiva: narrativa de uma transvaliação imanente”*, artigo de Jacques Guilhaumou (2005) publicado em português primeiramente em 2005 na *Revista Ecos*, da UNEMAT e republicado mais tarde, em 2007, no livro organizado por Roberto Leiser Baronas a propósito da “noção-conceito” de formação discursiva; e 3) “Unidades Tópicas e Não Tópicas”, texto de Dominique Maingueneau que aparece, em português, no mesmo livro de Baronas em 2007 sob o título de “Formações discursivas, unidades tópicas e não-tópicas” e também no *Cenas da Enunciação*, organizado por Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva em 2008.⁴

Entre os três autores colocados em relação (Courtine, Guilhaumou e Maingueneau), há em comum o fato de que são franceses e de que fizeram parte da história de constituição das análises de discurso como domínio de saber; entre os textos, o fato de que, pressupõe-se, devessem tratar de temas caros às análises de discurso feitas no Brasil, já que foram, dois deles, motivo inclusive de republicação e de retradução. Portanto, entendo que os relacionamentos entre esses três textos podem permitir entender tanto algumas questões da atualidade da noção de formação discursiva no tratamento que lhe vem sendo dado na França quanto o sintoma que esse tratamento imprime, enquanto condições externas de possibilidade do enunciado, para a atualidade da noção de formação discursiva nas pesquisas brasileiras que se dispõem a analisar discursos.

homogeneização que inscreve, violentamente, o funcionamento do efeito de pré-construído sobre esse nome e falo, portanto, em “análises de discurso”. Colocando em suspenso “a soberania do significante” (FOUCAULT, 1970), simplifico, inclusive, a organização pela qual Maingueneau (2008) opta: a diferença entre uma “escola francesa de análise do discurso” (a que se constituiu em torno de Pêcheux) e “tendências francesas” (os vários modos de problematizar o discurso como objeto a partir, principalmente, da década de 1960). Pretendo, com isso, multiplicar diferenças, no sentido de que, na esteira daquilo que propõe Foucault (1971), não procuro identificar o enunciado mais ou menos “verdadeiro”; ao contrário, gostaria de poder especificar as diferenças e de, assim, descrever suas condições de possibilidade.

⁴ Consta ainda, em nota de rodapé em Maingueneau (2008, p. 11), que este texto teve sua primeira versão publicada em 2003 na revista *Romanistisches Jahrbuch* sob o título “Que unidades para a análise do discurso?”. Portanto, estas versões traduzidas para o português, em 2007 e 2008, são em parte inéditas.

COURTINE E A ATUALIDADE DA NOÇÃO DE FORMAÇÃO DISCURSIVA

Jean-Jacques Courtine (2010), ex-analista de discurso⁵, concedeu uma entrevista a Cleudemar Fernandes em que são tematizadas, entre outras coisas, as preocupações atuais que movem as pesquisas do Courtine historiador cultural e as relações entre esse trabalho do presente e sua trajetória nos primórdios da análise de discurso na França. Os pontos que, desta entrevista, abordarei mais particularmente são a posição de Courtine (2010), na esteira de Foucault, sobre a unidade do discurso, o modo como atualiza em sua argumentação seu entendimento sobre a abordagem arqueológica e o tratamento que dá à noção de formação discursiva. Introduzo uma longa citação que traz boa parte do que mais me interessa na entrevista; no trecho que destaco, Courtine trata do conjunto textual e iconográfico que compôs o *corpus* analisado ao lado de Claudine Haroche em *Histoire du Visage* (COURTINE & HAROCHE, 1988) e que permitiu a análise de um “paradigma da expressão”:

Existe, ainda, no entanto, algo que dá a esse conjunto textual e iconográfico, disperso ao longo de três séculos numa miríade de gêneros, de instituições, de locutores e de práticas, uma unidade. Um fio tênue, mas tenaz, que atravessa e tece a tela das palavras e das imagens, um discurso “transverso” indefinidamente repetido, que permite as “enunciações mais dispersas” no interior desse amplo *corpus*: o fio “interdiscursivo”, que é aquele da própria formação discursiva, esse *paradigma da expressão* que atravessa as textualidades da época clássica, liga-os, ordena-os, assegura a passagem de um a outro, percebendo, ao mesmo tempo, a unidade e a dispersão de um leque inteiro dos saberes que, entre os séculos XVI e XVIII, vêm exprimir o elo entre o corpo e a alma, a aparência e a interioridade do sujeito. Uma tal formação discursiva não se encontra de maneira alguma em estado natural na superfície dos textos, ela não se confunde com um gênero de discurso que uma classificação de época teria pré-estabelecido, ela não é mais a expressão de um século ou de um período, menos ainda de um autor. Sua configuração de conjunto, a duração de seu desdobramento no tempo, as unidades que a compõem e que correspondem a tantos traços que ela deixa ao longo dos textos e das imagens, tudo isso deve ser construído. Agora, e somente agora, nos encontramos verdadeiramente no domínio do discurso, em sua “arqueologia” (2010, p. 26-7, grifos dos autores).

⁵ Uso desta denominação provocativa simplesmente porque, durante a própria entrevista, Courtine (2010) é questionado sobre sua renúncia à posição de analista de discurso e inclusive afirma que sua prática atual é a de historiador cultural.

Chamo a atenção para dois pontos: 1) Courtine reinterpreta *arqueologicamente* duas noções da análise de discurso (em um deslizamento das noções de discurso transverso e interdiscurso) de modo que, por fim, confere à descrição realizada em *Histoire du Visage* (COURTINE & HAROCHE, 1988) o estatuto de uma formação discursiva; ele assume, portanto, ter descrito, junto a Claudine Haroche, uma formação discursiva que, segundo as especificidades do recorte e do problema histórico na leitura do arquivo, foi entendida como um “paradigma da expressão”; 2) ele trata essa prática arqueológica de descrição de formações discursivas como uma prática de conferir unidade a um conjunto disperso de enunciados, no sentido de que descrever uma formação discursiva não é descrever uma entidade metadiscursiva que se encontra ontologicamente nos textos, esperando para ser descrita; ao contrário, filiado à abordagem arqueológica de Foucault (1969), Courtine dá indicações de que uma “formação discursiva” é algo que “deve ser construído” pelo trabalho do historiador do discurso.

De Foucault (1969), a discussão sobre as unidades do discurso e a introdução da noção de formação discursiva como um problema no quadro de abordagens marxistas das formações econômicas e sociais⁶ ecoam no acontecimento da entrevista com Courtine como condições de possibilidade. “*Je n’écris pas un livre pour qu’il soit le dernier; j’écris un livre pour que d’autres livres soient possibles, pas forcément écrits par moi*”, afirmava Foucault (1971), em uma entrevista a propósito de *A Arqueologia do Saber* (idem, 1969). O enunciado que se desempenha na entrevista com Courtine significa a partir da regularidade que a abordagem arqueológica imprimiu na história ao constituir o arquivo, ou seja, ao se tornar condições de possibilidade na série em que figura a especificidade de seu aparecimento – o da própria abordagem arqueológica.

Courtine (2010) entende a unidade do discurso, naquele sentido de uma formação discursiva (que era próprio da prática do historiador do discurso nas décadas de 1970-80), como a regularidade que pode ser descrita ao se colocar enunciados em série de forma a

⁶ Em entrevista sobre a publicação de *A Arqueologia do Saber*, Foucault (1971) oferece indicações sobre a relação entre uma ideia de sistema de dispersão na irrupção dos saberes e na sistematização de formações discursivas e os problemas que lhe foram colocados pelo modo como a vulgata marxista tratou as noções de formação econômica e de formação social. Cito Foucault: “le lien entre les formations économiques et sociales prédiscursives et ce qui apparaît à l’intérieur des formations discursives est beaucoup plus complexe que celui de l’expression pure et simple, en général le seul qui soit accepté par la plupart des historiens marxistes. [...] Mais si le lien existant entre les formations non discursives et le contenu des formations discursives n’est pas du type ‘expressif’, de quel lien s’agit-il ? Que se passe-t-il entre ces deux niveaux, entre ce dont on parle – la base, si vous voulez – et cet état terminal que constitue le discours scientifique ? Il m’a semblé que ce lien devait être cherché au niveau de la constitution, pour une science que naît, des ses objets possibles” (ibidem, p. 1029).

restituir-lhes seus modos de irrupção na condição de acontecimentos discursivos. A noção de formação discursiva é tratada, na entrevista, como um saber situado,⁷ no sentido de que rendeu especificidades descritivas na delimitação de conjuntos discursivos até o início da década de 1980, mas de que também entra em desuso a partir daí, como afirma Guilhaumou (2007). O “método arqueológico”⁸ aparece, na entrevista, diluído em um *modo arqueológico* de tratamento do enunciado, que se mantém no trabalho de Courtine – mesmo já sendo outro, já apresentando suas diferenças e especificidades.

Uma especificidade relevante desse texto é o efeito que Courtine (2010) produz ao demarcar a atualidade de Foucault na história cultural se valendo da metáfora da descrição de uma certa formação discursiva, ou seja, de um certo “processo histórico de formação do enunciável” (p. 19). Isso garantiria, talvez, pelo menos *uma* concepção de formação discursiva – “Formação discursiva é um processo histórico de formação do enunciável”. Não é, contudo, o objetivo de Courtine o de recolocar em ordem a noção de formação discursiva sob a égide de uma conceituação.

Dizer as coisas desse modo me distancia, certamente, do projeto inicial daquilo que foi a Análise do Discurso, mas provavelmente muito menos das noções que Foucault desenvolveu em *A Arqueologia do Saber*, naquilo que diz respeito à natureza histórica dos processos discursivos. Por outro lado, não estamos mais lá: agora são “mensagens mistas”, condensações complexas e fluidas de imagens e de discursos, cujo funcionamento e efeitos convém compreender (2010, p. 19-20).

Courtine admite a atualidade de sua produção teórica em relação àquilo que são suas condições de possibilidade – *grosso modo*, Foucault e o “método arqueológico”. Portanto, o historiador cultural indica que o projeto arqueológico de descrições de formações discursivas não está morto, apenas deslocado (rompido, transformado), já que se transformou conforme as irrupções descontínuas daquilo que Guilhaumou (2007), a partir de Bourg, entendeu como uma “transvaliação imanente” da “noção-conceito” de formação discursiva.

⁷ “[...] As questões que a Análise do Discurso colocava – num outro momento, num outro contexto teórico e político –, e que eu conheci e pratiquei, guardam algo de sua pertinência. É o que torna nossas trocas possíveis e frutuosas hoje. Mas é por isso, também, que a análise do discurso deve se reinventar e encontrar as perspectivas e os métodos que lhe devolverão uma influência sobre a materialidade contemporânea, inédita, das discursividades líquidas, quer seja na França ou no Brasil” (COURTINE, 2010, p. 21).

⁸ Chamo a atenção para este conceito de “método arqueológico”, que circula muito nas análises de discurso brasileiras ainda como “método arqueogenalógico”, porque o próprio Foucault (1969) adverte que se trata de uma *teorização* para garantir efeito de conjunto ao que fez antes. O livro *A Arqueologia do Saber* passa longe de ser uma metodologia. Inclusive, na entrevista com Courtine (2010), este último admite que esta tentativa de transposição deste “método arqueológico” para a análise de discurso francesa entre as décadas de 1970 e 1980 foi um golpe *contra* Foucault, inclusive no sentido de que Foucault havia alertado que a transposição não era facilmente viável e justificável.

Adiante, passo a discutir essa “transvaliação”, no sentido de caracterizar suas regularidades e especificidades relativamente ao modo como a noção de formação discursiva ganha atualidade nessa entrevista concedida por Courtine a Cleudemar Fernandes.

GUILHAUMOU E A NARRATIVA DA TRANSVALIAÇÃO IMANENTE

Guilhaumou (2007) situa um quadro de insistências metodológicas que seguiu seu curso entre as décadas de 1970 e 1980 e que se encontra parcialmente no interior do desenvolvimento do domínio da análise de discurso na França. O escopo do texto é o de apresentar a narrativa de uma “transvaliação imanente” da “noção-conceito de formação discursiva”, principalmente no modo como essa transvaliação atravessa os trabalhos dele próprio, Jacques Guilhaumou,⁹ desde suas incursões no projeto de construção do domínio da análise de discurso até o momento de reflexão crítica sobre essa produção de saber. Guilhaumou explica a metáfora da “transvaliação imanente”:

Transvaliação no sentido em que valores de emancipação se transmitem no interior mesmo do deslocamento da noção de formação discursiva para seu esgotamento conceitual. Imanência na medida em que o gesto constitutivo da análise de discurso, sua inscrição na materialidade da língua, se faz sempre presente (2007, p. 106).

Malgrado o uso de uma noção de emancipação, que permite um deslizamento para a hipótese de interpretações teleológicas na história (emancipar no sentido de se libertar de alguma coisa?), é interessante essa narrativa de Guilhaumou na medida em que ela apresenta as problemáticas da análise de discurso na década de 1970 e 1980 como um entrave para a leitura do enunciado no arquivo, como vinha fazendo Foucault, sob diversas reflexões autocríticas, desde *As Palavras e as Coisas* (1966). Guilhaumou narra, então, alguns acontecimentos que constituem um trajeto de interpretação histórica da “noção-conceito” de formação discursiva – trajeto que ele denomina, como já disse, “transvaliador imanente”. Ele trata essa transvaliação segundo suas especificidades nas décadas de 1970 e 1980, período no qual a noção de formação discursiva nasce, desloca-se e esgota-se conceitualmente na análise de discurso na França.

⁹ Guilhaumou ainda traça, nessa narrativa da “transvaliação imanente” da “noção-conceito” de formação discursiva, as especificidades das relações que estabeleceu com Michel Pêcheux, Régine Robin e Denise Maldidier e das abordagens de Jean-Marie Marandin (1979) e de Jean-Jacques Courtine (1981).

Primeiramente, na década de 1970, há a *ausência de Foucault*¹⁰ e um deslizamento, por parte do trabalho de Régine Robin, para uma noção de “formação retórica”, após a incorporação das noções de “efeito de conjuntura” e de “estratégias discursivas”. A transvaliação, nesse primeiro período, diz respeito à reflexão sobre a situação contraditória em que o grupo em torno de Pêcheux se encontrava. A tentativa, segundo Guilhaumou (2007, 109), era a de “utilizar todo o aparelho conceitual da teoria do discurso”, elaborada em *Semântica e Discurso* (PÊCHEUX, 1975). Contudo, “toda taxionomia se chocava com a complexidade dos agenciamentos discursivos” (GUILHAUMOU, 2007, p. 109), no sentido de que os historiadores, trabalhando no domínio da análise de discurso, foram instados a tratar “de estratégias discursivas, de enfrentamento, de alianças” ao serem “confrontados, em sua prática de historiadores, com a materialidade complexa dos textos” (PÊCHEUX, 1990 apud GUILHAUMOU, 2007, p. 109).

O gradativo desuso da noção de formação discursiva, pelo menos na produção desses historiadores do discurso – Guilhaumou e Robin –, teria a ver, portanto, com os entraves entre uma teoria do discurso recém-constituída e a complexidade material dos objetos dos quais tal teoria era instada a tratar. Dito de outro modo, havia um problema com a dimensão material dos *corpora* relativamente a um domínio de saber que se constituiu uma teoria na tentativa de eclodir como ferramenta política, mas que esbarrou naquilo que, reflexivamente, veio a ser designado como “narcisismo teórico” (PÊCHEUX, 1983).

Além do caráter transvaliador, vale lembrar que Guilhaumou (ibidem) especifica seu traço *imane*nte. Esse traço do processo histórico de transvaliação da noção de formação discursiva, a imanência, é muito caro à posição de Guilhaumou (2007) sobre o desaparecimento do uso da noção de formação discursiva na França por parte dos historiadores. Retomando Guilhaumou (ibidem) sobre o que entende como “transvaliação imanente”, ressalto que a imanência diz respeito à presença do gesto constitutivo da análise de discurso, ou seja, sua inscrição na materialidade da língua. Uma rápida incursão em um dos anexos de *Semântica e Discurso* (PÊCHEUX, 1975) oferece os dados para o tratamento dessa noção de “transvaliação imanente”.

¹⁰ Indico o termo em itálico porque acredito justamente no contrário. Em minha tese, a partir de uma incursão nos gêneros do discurso da análise de discurso no Brasil, tenho reforçado o argumento de que a presença dos textos de Foucault nas enunciações em estudos do discurso tem ultrapassado à própria referência à Foucault, já que se trata de admitir e averiguar o estatuto de instaurador de discursividades que este autor desempenha sobre boa parte dos desenvolvimentos dos discursos em ciências humanas, inclusive no que diz respeito aos discursos sobre a educação.

Trata-se do segundo anexo, “Algumas repercussões possíveis nas pesquisas linguísticas”, citado por Guilhaumou (2007) na medida em que este último tenta explicitar o caráter “transvaliador imanente” da “noção-conceito” de formação discursiva. Pêcheux oferece o objetivo desse seu anexo em termos de retificação da teoria do discurso que elaborou em *Semântica e Discurso* (PÊCHEUX, 1975). Reproduzo, a seguir, a citação que Guilhaumou (ibidem) faz de Pêcheux (ibidem). Restituo, contudo, o início e o fim do parágrafo, que foram ambos suprimidos na citação direta de Guilhaumou (ibidem):

As várias observações que se seguem visam indicar muito esquematicamente as *questões linguísticas* nas quais nos parece desembocar o presente estudo. Dizemos *questões linguísticas*, na medida em que pensamos que seria absurdo pretender fundar uma nova “disciplina” ou uma “teoria”, mesmo que fosse a “teoria materialista do discurso”. É certo que empregamos essa formulação várias vezes, mas, como dissemos, era menos para delimitar as fronteiras de uma nova “região” científica do que para designar *alguns elementos conceituais* (principalmente o de *formação discursiva*) os quais, até que venham a ser “retificados”, podem ser utilizados pelos linguistas materialistas preocupados em trabalhar *no interior do materialismo histórico*: trata-se, no fundo, de começar a formular as condições conceituais que permitam analisar cientificamente o suporte linguístico do funcionamento dos aparelhos ideológicos de Estado (PÊCHEUX, 1975, p. 264, grifos do autor).¹¹

Segundo Guilhaumou, “esse fantasma da teoria do discurso existiu somente por um período muito curto” (2007, p. 107). De fato, os dois primeiros anexos de *Semântica e Discurso* (PÊCHEUX, 1975) foram publicados já por ocasião da primeira e única edição do livro em sua versão original francesa, de modo que a “transvaliação imanente” da qual Guilhaumou (ibidem) trata já irrompia antes mesmo da publicação dessa elaboração de teoria do discurso realizada por Pêcheux.

Colocando em pauta a questão “pode-se ter razão *com Foucault contra Foucault?*” (COURTINE, 2010, p. 25, grifos do autor), isso que Guilhaumou (2007) trata como

¹¹ Apesar de não ser motivo para uma análise específica neste ensaio, é interessante pontuar que este anexo é um dos textos que marca, principalmente no uso de itálico que faz Pêcheux, a pontualidade da crítica que, em 1975, em *Semântica e Discurso*, ele direcionará a Michel Foucault (1969) ao reelaborar, desde 1971 (HAROCHE et al, 1971), o conceito de formação discursiva foucaultiano. Minha hipótese, e que desenvolvo em minha tese de doutorado, é que o grupo de analistas de discurso em torno de Michel Pêcheux já haviam armado esta *guerra* contra o conceito foucaultiano desde 1968, quando Antoine Culioli (1968) publica um artigo no mesmo volume do *Cahiers pour l'analyse* em que Foucault (1968) publica o famoso “Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao círculo epistemológico”, texto no qual pela primeira vez aparece a problematização em torno do conceito de formação discursiva para tratar das unidades do discurso na distribuição dispersa dos saberes numa determinada episteme. Esta guerra não acontece à toa: já em 1970, Dominique Lecourt (1970) defende o argumento de que faltava materialismo na arqueologia dos saberes de Foucault (1969). Na esteira de Lecourt e ainda aplicando-se ao projeto de Louis Althusser de releitura de Marx, Michel Pêcheux vai se empenhar por tornar o conceito materialista histórico, o que resultará, principalmente, a elaboração teórica de 1975: *Les vérités de la Palice* (PÊCHEUX, 1975).

imanência – o fato de que, entre o deslocamento e o esgotamento conceitual da noção de formação discursiva entre as décadas de 1970 e 1980, o gesto que constitui o modo de se analisar discursos tem como marca a inscrição necessária na materialidade da língua – é um tema que aparece, na entrevista com Courtine (2010), na problematização da caracterização do enunciado arqueologicamente. Para Courtine (2010), o enunciado precisa deixar de ser tomado como um objeto linguístico quando da “reconstrução histórica das formações históricas” (p. 26). Para Courtine, “o enunciado como átomo de discurso e o enunciado como fragmento de texto não poderiam ser tomados um pelo outro” (ibidem, p. 26), uma vez que “o discurso não é um objeto linguístico” (ibidem, p. 25):

O enunciado certamente pode ser dotado de propriedades linguísticas, sintáticas, semânticas, textuais, mas isso não faz dele uma unidade do discurso. O que se destaca é uma forma indefinidamente repetível e que pode dar lugar às enunciações mais dispersas. Para isso, é preciso manifestar outras propriedades, não linguísticas, discursivas no sentido próprio da palavra, pois não se poderia confundir o discurso e o texto (ibidem, p. 26).

O enfrentamento de uma noção não segmental de enunciado na caracterização do discurso com vistas à descrição do arquivo é uma das questões que Courtine (ibidem) coloca à análise de discurso. Se a análise de discurso pretendesse se tornar um ponto de interesse para os historiadores, deveria haver, segundo Courtine, uma experimentação “consistente e sistemática” da “realidade daquilo que se chama pré-construído, interdiscurso, memória e formação discursiva no *corpus* e nas problemáticas históricas verdadeiras” (2010, p. 24). Dessa forma, seria preciso que se questionasse “o valor heurístico desses conceitos não os colocando à prova de três ou quatro panfletos políticos, enunciados publicitários ou recortes de imprensa, mas colocando à prova materiais históricos amplos, densos, complexos” (ibidem, p. 24).

Nesse sentido, a transvaliação imanente da noção de formação discursiva, que resulta no eclipse da noção, colocaria em xeque justamente uma tentativa de justificar historicamente uma unidade do discurso por meio de vias “puramente” linguísticas. *Grosso modo*, não pôde haver descrição de uma formação discursiva nesse domínio que era a análise de discurso na década de 1970 (e daí todo o problema em torno da definição da noção nesse domínio) porque a concepção de discurso que balizava (baliza?) a elaboração da “teoria do discurso” de Michel Pêcheux (1975) previa uma concepção de discurso como a materialidade específica da ideologia e porque essa materialidade, nesse momento da elaboração da teoria, tinha seus limites no domínio da língua – tratava-se de *materialidades linguísticas*.

Por isso mesmo, Guilhaumou localiza a transvaliação que figura no início da década de 1980 como uma “transvaliação no horizonte da materialidade dos textos” (2007, p. 109). Nesse período, surgem as críticas, por parte dos historiadores do discurso, ao metadiscorso que o uso de uma noção de formação discursiva podia imprimir ao tratamento histórico do enunciado no arquivo. A propósito desse último aspecto, segundo Guilhaumou,

[...] a crítica do historiador do discurso remete, então, essencialmente, sobre o peso do metadiscorso que tende a colar o analista de discurso em uma exterioridade ideológica. Duvidosa em veicular insidiosamente esse metadiscorso, portanto, em tornar inacessível a materialidade própria dos textos, a noção de formação discursiva cai em desuso (2007, p. 111).

Nesse momento, o tema da formação discursiva “desaparece do campo de reflexão dos analistas do discurso sempre tão preocupados com a materialidade discursiva” (ibidem, p. 111). Dessa forma, “[...] uma nova operação de leitura, *a leitura de arquivos*, retornando à concepção de arquivo de Foucault, é singularmente valorizada. Ela tem a vocação de validar, problematizando-o, o trabalho do arquivo dos historiadores do discurso” (ibidem, p. 111). Essa “nova operação de leitura” tem sua transvaliação demarcada, segundo Guilhaumou, na formação, em 1982, do grupo de pesquisa *Análise de Discurso e Leitura de Arquivo*, sob a direção de Michel Pêcheux.

MAINGUENEAU E AS UNIDADES NÃO TÓPICAS DAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS

Gostaria de especificar um terceiro acontecimento discursivo nessa rápida tentativa de rascunhar a atualidade da noção de formação discursiva na França e no intercâmbio assimétrico de saberes entre França e Brasil. Trata-se, dessa vez, do texto “Unidades Tópicas e Não Tópicas”, de Dominique Maingueneau (2008).

Ao contrário de Courtine e Guilhaumou, que se autodeclaram historiadores, embora reservem predicacões diferentes ao modo como se inscrevem nessa posição,¹² Maingueneau é *ainda* analista de discurso¹³. Falando do interior disso que ele entende como “um domínio de

¹² De um lado, Courtine afirma praticar uma “história cultural” (2010, p. 112); de um outro lugar (portanto, diferente), Guilhaumou diz se firmar no “horizonte” de uma “história linguística dos usos conceituais” (2007, p. 113); logo concluo que se trata de dois *historiadores*.

¹³ Prefiro, por uma questão ética, já que se trata de autores vivos, preservar o modo como estes últimos se autoidentificam – muito embora esses modos de identificação não sejam evidentes e, portanto, consensuais entre os que praticam análises de discurso (em uma dissertação de Barbosa Filho (2012), por exemplo, Maingueneau é

pesquisa extremamente ativo no mundo inteiro” (MAINGUENEAU, 2008, p. 11), Maingueneau preserva, no acontecimento de seu texto, a retificação de Pêcheux, no Anexo II abordado ainda há pouco, segundo a qual “seria absurdo pretender fundar uma nova ‘disciplina’ ou uma ‘teoria’” (1975, p. 264) no campo do discurso. De acordo com Maingueneau,

[a análise do discurso francófono] apresenta [...] a particularidade de não se referir a um gesto fundador: para ela, não há um Durkheim ou um Saussure, mas a reavaliação de práticas de análise textual mais antigas e a convergência progressiva, nos anos 1980 e 1990, de correntes europeias e anglo-saxãs que apareceram e se desenvolveram independentemente umas das outras. Essa “convergência” não vai, no entanto, no sentido de uma homogeneização; ela significa simplesmente que existe constituição de um verdadeiro campo (2008, p. 12).

Num deslizamento de “domínio de pesquisa” a “verdadeiro campo”, Maingueneau não trata a análise de discurso como uma *disciplina*¹⁴ para a qual é imposto um quadro de especificações conceituais no modo de uma teoria, tal qual a tentativa empreendida e depois criticada por Pêcheux (1975) de formulação de uma “teoria de discurso”. Por isso mesmo, Maingueneau chega à conclusão de que, em um quadro mais amplo em que se descrevam as progressivas filiações das abordagens discursivas da linguagem às correntes anglo-saxãs (como aquela em torno do Círculo de Bakhtin, por exemplo), a análise de discurso é mais que o projeto da “escola francesa de análise do discurso”¹⁵ (2008, p. 12). Desse modo, Maingueneau desestabiliza a evidência segundo a qual a *análise de discurso francesa* seria só um desdobramento do projeto levado a cabo por Pêcheux e seu grupo quando da tentativa de

especificado como “linguista” (2012, p. 85)). Esse meu modo de preservar a autoidentificação dos autores na atualidade de seus textos não me leva, contudo, a considerar ou a impor uma identidade fixa a esses personagens e, então, a defender a unidade, bastante frágil, como já considerava Foucault (1969), que surge da especificação do enunciado por sua autoria.

¹⁴ Ao final do texto, Maingueneau volta a reescrever uma especificação para “análise de discurso”: “Estabeleci há alguns anos uma distinção entre a abordagem ‘analítica’ e a abordagem ‘integradora’ [...]; tratava-se já de um modo de evidenciar – na conjuntura da Escola francesa dos anos 1960 e 1970 – essa fissura que impede a análise do discurso de fechar-se sobre si mesma. É necessário assumi-lo: estamos lidando com uma ‘disciplina’ que estava cindida por uma fissura constitutiva” (2008, p. 25, grifo meu). Chamo a atenção do leitor, então, para o aspeamento da palavra “disciplina”. Sem que se faça necessária uma grande incursão bibliográfica sobre o “aspeamento”, posso afirmar, citando Benites, que “aspear uma palavra é, simultaneamente, mencioná-la e fazer um comentário implícito, emitir um julgamento sobre o que ela representa e sobre a fonte que utiliza, seja como nota de ironia, discordância, seja de respeito, fidelidade, seja mesmo de desconfiança ou descomprometimento” (2002, p. 61). Interpreto que, em Maingueneau (2008), estas aspas em torno da palavra “disciplina” demarcam, pelo menos, uma “nota de desconfiança” relativamente ao que ele interpreta e então “julga” sobre o uso desta palavra na reescrita de “análise de discurso”.

¹⁵ Maingueneau acrescenta ao texto uma nota de rodapé em que afirma haver uma “escola francesa de análise do discurso, em sentido estrito” que ele opõe ao que chama “tendências francesas de análise de discurso”. A primeira “ancora sua inspiração no marxismo althusseriano, na psicanálise lacaniana e na linguística estrutural” (2008, p. 12); já as “tendências” “convocam pressupostos teóricos muito diferentes” (ibidem, p. 12).

oferecer condições de “analisar cientificamente o suporte linguístico do funcionamento dos aparelhos ideológicos de Estado” (PÊCHEUX, 1975, p. 264).

Este é inclusive um dado bastante importante, já que, no Brasil, como tenho demonstrado em minha tese, a tendência ainda é a de justificar as práticas de análise de discursos a partir da figura central de Michel Pêcheux. Na França, como se vê, a prática não é a mesma, já que inclusive se questiona por lá o desaparecimento do nome de Michel Pêcheux para o desenvolvimento mesmo das análises de discurso materialistas (cf. GUILBERT, 2010).

O primeiro tema que aparece no texto de Maingueneau (2008) é o da “dupla paternidade” da noção de formação discursiva. Tratar da dupla paternidade, para Maingueneau (ibidem), não diz respeito à história da origem do conceito em sua materialidade significante; ao contrário, parece haver uma tentativa, por parte de Maingueneau (ibidem), de especificar dois modos atuais de se referir à noção de formação discursiva: de um lado, uma noção arqueológica que é investida pelos historiadores do discurso e que, como mostrei há pouco, é abandonada pelo menos por dois desses historiadores, Courtine (2010) e Guilhaumou (2007); e, de outro lado, uma noção que serviu, por um tempo, como “unidade de base da chamada ‘escola francesa de análise do discurso’” (MAINGUENEAU. 2008, p. 12) e que “continua ainda bastante utilizada, mas com um estatuto que não é claro” (2008, p. 11). Esses dois modos de especificação da noção ainda estão relacionados às grandes diferenças entre os *corpora* de referência tratados por Foucault e por Pêcheux; conforme lembra Maingueneau: “Foucault busca seus exemplos na história das ciências; Pêcheux, na luta política [...]. O valor de ‘formação discursiva’ é então consideravelmente afetado” (2008, p. 14).

Ainda tratando da dupla paternidade da noção de formação discursiva, essa dupla referência da noção a quadros conceituais e a tipos específicos de *corpus*, Maingueneau (ibidem) discorre sobre a clareza das formulações de Foucault e de Pêcheux a propósito da conceituação de “formação discursiva”. Disso decorre a análise de que, em Foucault, a noção obedece “a duas injunções contraditórias” (“definir o sistema e desfazer toda unidade”) (ibidem, p. 13) e de que, em Pêcheux, há “uma formulação muito mais clara” (ibidem, p. 13), muito embora esta formulação sofra a carência de uma questão mal resolvida sobre a relação entre posição (no espaço da luta de classes), posicionamento (no interior de um campo discursivo) e gênero de discurso (na condição de manifestação material em um texto político).

Na sequência do texto, Maingueneau (2008) trata de bem elucidar o emprego confuso da noção de formação discursiva; cita, primeiramente, um trabalho de Jean-Michel Adam, chamando a atenção para uma variação não justificada entre “formação discursiva” e “formação sociodiscursiva”; depois um trabalho de Annie Kuyumcuyan, em que se lança mão do termo “‘formação discursiva’ sem dúvida porque ele é vago e porque permite evitar noções mais bem especificadas, mas inadequadas [...], como ‘gênero’ ou ‘tipo de discurso’” (ibidem, p. 16). Esses dois exemplos levam Maingueneau à proposição da tarefa segundo a qual a noção de formação discursiva deveria ser especificada relativamente às noções de gênero, posição, posicionamento, tipos de discurso etc., ou seja, relativamente ao “conjunto de termos que designam as categorias sobre os quais a análise do discurso trabalha” (2008, p. 16).

Na tentativa de responder a essa questão mal resolvida e de especificar o emprego da noção de formação discursiva no quadro seu contemporâneo de problemas de análise de discurso na França, Maingueneau propõe, então, uma distinção entre “dois grandes tipos de unidades: as unidades tópicas e as unidades não-tópicas” (2008, p. 16).

Pode-se depreender, da organização que Maingueneau (2008) faz, que as unidades tópicas correspondem aos modos de organização do discurso que levam em conta os aspectos ligados ao funcionamento das práticas verbais. É o caso das unidades territoriais (gêneros de discurso e tipos de discurso) e das unidades transversas (registros linguísticos, funcionais e comunicacionais). Na discussão sobre as unidades territoriais, Maingueneau (ibidem) estabelece uma diferenciação entre tipos e gêneros de discurso – no sentido de que o tipo é um agrupamento de gêneros –, mas também problematiza as duas lógicas distintas às quais o tipo como agrupamento de gêneros responde: àquela segundo a qual os gêneros do mesmo tipo pertencem a um mesmo aparelho institucional (por exemplo, o “discurso hospitalar”) e uma segunda lógica que indica a dependência dos gêneros a uma mesma posição (o “discurso comunista”). Disso, Maingueneau conclui que, se no caso do “discurso hospitalar”, há uma “lógica de funcionamento do aparelho”, no caso do “discurso comunista” ou do “discurso do partido x” há uma ótica de luta ideológica na qual os gêneros se agrupam “em dois níveis: o nível do posicionamento e o do campo ao qual esse posicionamento concerne” (2008, p. 17).

Esse modo de justificar o agrupamento de gêneros de discurso em relação a “um território simbólico” “em uma ótica de luta ideológica” (ibidem, p. 17) firma filiações interessantes entre a atualidade da análise de discurso que Maingueneau pratica e a prática de análise de discursos políticos pretendida por Pêcheux (1975) em sua teoria do discurso.

Maingueneau (2008) especifica a problemática do posicionamento (como delimitação de um território simbólico) na sua relação com gêneros de discurso (questão incontornável, embora sob modos diversificados, para as linguísticas, as linguísticas aplicadas e algumas análises de discurso): esses tais “dispositivos sócio-históricos de comunicação” (ibidem, 2008) que são os gêneros discursivos podem ser organizados segundo algum tipo de luta ideológica entre posicionamentos na delimitação de um território simbólico. Mais interessante ainda é o exemplo ser coincidentemente o do campo político.

Diferenciando, desde já, a posição do Maingueneau (2008) analista de discurso daquelas, específicas em suas regularidades, dos historiadores Courtine (2010) e Guilhaumou (2007), convém comentar um pouco mais esse traço da especificidade do texto de Maingueneau.

Os percursos reflexivos de Courtine (ibidem) e Guilhaumou (ibidem) sobre a noção de formação discursiva narram, como mostrei, uma crise da análise de discurso na relação com seu objeto, o discurso. Courtine insiste na herança de Foucault, reiterando sobremaneira que o enunciado não é um objeto somente linguístico; Guilhaumou autorreflete sobre a transvaliação imanente da noção de formação discursiva em seu trabalho e conclui que houve uma “evolução”, já que ele pôde chegar a um “procedimento de descoberta da historicidade mesma dos enunciados de arquivo sobre a base da noção do trajeto temático que abre um leque interpretativo na configuração dos recursos¹⁶ vindos da materialidade própria dos enunciados” (2007, p. 113).

Passo à conceituação das unidades não tópicas. Ao contrário das unidades tópicas, a abordagem de estudo e delimitação de unidades não tópicas não pode ser justificada por meio do recurso à organização de gêneros de discurso e de registros em suas diversas relações com campos e posicionamentos. Segundo Maingueneau,

as unidades não-tópicas são construídas pelos pesquisadores independentemente de fronteiras preestabelecidas (o que as distingue das unidades “territoriais”). Por outro lado, elas agrupam enunciados profundamente inscritos na história (o que as distingue das unidades “transversas”) (ibidem, p. 18).

As unidades não tópicas, para Maingueneau (ibidem), podem ser tratadas pelos pesquisadores sob duas vias: a de constituição de formações discursivas e a de investimento na descrição de percursos.

¹⁶ Guilhaumou (2007) não especifica, neste texto, o que são tais “recursos”.

As formações discursivas são unidades que “não podem ser delimitadas por outras fronteiras senão aquelas estabelecidas pelo pesquisador; e elas devem ser historicamente especificadas” (ibidem, p. 18, grifo meu). Logo, “os *corpora* as quais elas correspondem podem conter um conjunto aberto de tipos e de gêneros do discurso, de campos e de aparelhos, de registros” (ibidem, p. 18). Dito de outro modo, a unidade que permite descrever uma formação discursiva não pode ser simplesmente *reconhecida* (no sentido de que a unidade está no *corpus*), mas, ao contrário, deve ser *especificada* historicamente (de modo que o analista especifique a incursão histórica que permitiu colocar os enunciados em relação). Portanto, a unidade passa a ser um efeito de leitura dos enunciados no arquivo: a unidade não está no *corpus*, ela é antes constituída no modo como se problematiza o *corpus*.

O tema de “*construir* uma formação discursiva *em relação* ao tratamento das especificidades dos *corpora* na descrição de uma unidade historicamente justificável” reaparece em Maingueneau (2008). Tal tema, sob particularidades bastante diversas, pode também ser confirmado tanto no Courtine de 1981, em sua discussão sobre a relação inalienável entre descrever uma formação discursiva e constituir um *corpus*, quanto, mais recentemente, no Courtine de 2010 e sua insistência em que uma formação discursiva deve, em primeira instância, ser uma construção descritiva relativamente a um *corpus*.¹⁷

Um segundo modo não tópico de descrever unidades de discurso a partir de suas especificações históricas diz respeito a esta prática de constituição de “rede de unidades de diversas ordens (lexicais, proposicionais, fragmentos de textos) extraídas do interdiscurso, sem procurar construir espaços de coerências, constituir totalidades” (MAINGUENEAU, 2008, p. 23). Trata-se, para Maingueneau, da desestruturação das unidades instituídas, definindo “percurso não esperados” (ibidem, p. 23). Portanto, a construção de unidades não tópicas está relacionada a uma certa peculiaridade de organização de *corpora* que pode se dar de dois modos: por meio da especificação histórica de *formações discursivas* e por meio do recurso a *percursos interpretativos*. Tendo em vista que não são “estabilizadas por fronteiras pré-formatadas”, estas últimas unidades, as não tópicas, são as que, segundo Maingueneau, “despertam mais facilmente alguma suspeita” (2008, p. 24).

¹⁷ De acordo com Courtine, “uma formação discursiva não se encontra de maneira alguma em estado natural na superfície dos textos”, dado que “sua configuração de conjunto, a duração de seu desdobramento no tempo, as unidades que a compõem e que correspondem a tantos traços que ela deixa ao longo dos textos e das imagens, tudo isso deve ser construído” (2010, p. 27).

Na sequência do texto, Maingueneau (2008) admite, então, a fragilidade dessa diferença entre se proceder pela organização de unidades ora tópicas ora não tópicas:

É impossível fazer a síntese entre uma abordagem que se apoia sobre fronteiras e uma que se nutre dos limites pelos quais a primeira se institui. Entre as duas, há uma assimetria irredutível. Os partidários das fronteiras têm bons argumentos para sublinhar os riscos ligados ao uso das unidades não-tópicas; por outro lado, os partidários das unidades não tópicas podem também com facilidade mostrar que uma infinidade de relações interdiscursivas atravessa as unidades mais tópicas (2008, p. 25-6).

Portanto, lidar com essa diferença entre unidades tópicas e não tópicas seria um modo de encarar a “fissura constitutiva da análise do discurso” – “fissura que impede a análise do discurso de fechar-se sobre si mesma” (ibidem, p. 25). A posição de Maingueneau é a de que “o sentido é fronteira e subversão da fronteira, negociação entre pontos de estabilização da fala e forças que excedem toda localidade” (ibidem, p. 26), de modo que a distinção entre unidades tópicas e não tópicas não pode dar conta das condições de possibilidade do saber, no sentido de definir unidades ulteriores ou metadiscursivas. Maingueneau procede pelo que é permitido em nível de acesso ao saber: volta o olhar às pesquisas em análise de discurso na França e distingue o modo como elas confrontam unidades de descrição.

Por isso mesmo esse gesto de inserir também esse enunciado no quadro de descrição do que seria a atualidade da noção de formação discursiva (e, incontornavelmente, de unidade de discurso) em textos franceses já recepcionados pelos leitores brasileiros via o recurso da tradução.

FOUCAULT E A ESPECIFICIDADE DO ENUNCIADO

O discurso como “uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso” (FOUCAULT, 1970, p. 53) é, do ponto de vista arqueológico, o discurso como acontecimento discursivo. Desse modo, a prática de aparecimento de um enunciado é a instauração do novo na ordem do discurso, no sentido de que a novidade do acontecimento sob o retorno do velho é sua própria irrupção relativamente às condições externas de possibilidade do saber, ou seja, “àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras” (ibidem, p. 53). A especificidade do discurso diz respeito, portanto, à regularidade que a ordem do discurso instaura por meio de seus

procedimentos internos e externos de controle, de seleção e de redistribuição da produção do discurso e também por meio das regras impostas aos sujeitos: os rituais da palavra, as sociedades do discurso, os grupos doutrinários e as apropriações sociais.

Dessa forma, ir para além do princípio da especificidade dos enunciados, e multiplicar, portanto, o número de relações descritas, multiplicaria também as regularidades a serem conferidas aos três enunciados descritos. Multiplicar tais relações resultaria, sem dúvida, na incorporação de inúmeros outros dados ao *corpus*. É preciso assumir, inclusive, que, na escrita do texto, muitas vezes me peguei já estabelecendo relações com outros textos e fugindo do meu propósito inicial. Daí a necessidade do recorte: a fundamentação de um objetivo para o trajeto que se pretende realizar.

Meu objetivo foi o de registrar uma atualidade da noção de formação discursiva no encontro entre esses três enunciados (os textos de Guilhaumou e Maingueneau e a entrevista com Courtine), postos, então, em série e questionados sobre suas regularidades. O objetivo se fundamentou na possibilidade de, ao registrar essa atualidade, também produzir uma atualidade para a noção. Dado que a noção é uma das mais problemáticas no quadro da história dos modos de empreender análises de discurso, produzir essa atualidade pode dar condições à possibilidade do novo.

Talvez eu pudesse considerar que houve, de algum modo, a organização de uma unidade de discurso sob a forma de um *percurso interpretativo* (não tópico, inclusive¹⁸), mais ou menos realizado conforme as condições em que Maingueneau (2008) o entende. Contudo, não confio o bastante neste meu gesto a ponto de entender que sua descrição pôde dar conta de uma unidade. Isto certamente se deve à condição ainda incipiente de minha incursão *histórica*. Não é por isso, todavia, que deixo de ser otimista relativamente a esse modo (arqueológico?) de tentar aproximar textos, conferindo os rastros de alguma regularidade às especificidades dos enunciados em uma série. Atualmente, na escrita de minha tese, tenho investido nessa abordagem, apesar de não estar certo de quais sejam suas consequências. Entretanto, pode estar aí o risco de tomar a palavra e de entrar na ordem do discurso – e por isso mesmo o temor inicial de Foucault (1970)! O risco está no temor ou na esperança, já desde muito cedo – mesmo antes que o texto siga curso para a publicação –, de que *haja* consequências.

¹⁸ Não tópica no sentido de que, no modo como empreendo esse percurso bastante fragmentado pelos três textos analisados, poucos foram os recursos a métodos de análise e descrição linguística e nula foi a relevância da problemática dos gêneros para a abordagem dos temas.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA FILHO, F. R. *A Escrita Urbana nos (Des)limites do (Im)possível*. Dissertação de mestrado. Campinas: IEL/Unicamp, 2012. 114 p.
- BENITES, S. *Contando e Fazendo a História: a citação no discurso jornalístico*. São Paulo: Arte e Ciência; Assis: Núcleo Editorial Proleitura, 2002.
- COURTINE, J-J [1981]. *Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EDUFSCar, 2009.
- COURTINE, J-J. *Discurso, história e arqueologia* (Entrevista concedida a Cleudemar Alves Fernandes). In: MILANEZ, N.; GASPAR, N. R. *A (Des)Ordem do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2010. pp. 17-30.
- COURTINE, J-J; HAROCHE, C. [1988] *Histoire du visage: exprimer et taire ses émotions (XVIe-début XIXe siècle)*. Paris: Éditions Payot & Rivages, 1994.
- CULIOLI, A. *La formalisation en linguistique*. In: *Cahiers pour l'Analyse*. n. 9, Paris: Seuil, 1968. pp. 106-117.
- FOUCAULT, M. [1966] *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. 9. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. [1968] *Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao círculo epistemológico*. In: _____. *Ditos e Escritos: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. 2. Ed. Vol. II. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. pp. 82-118.
- _____. [1969] *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- _____. [1970] *A Ordem do Discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 16. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- _____. [1971] *Entretien avec Michel Foucault*. In: _____. *Dits et écrits I (1954-1975)*. 1025-1042). Paris: Gallimard, 2001.
- GUILBERT, T. *Pêcheux est il réconciliable avec l'analyse du discours ? Une approche interdisciplinaire*. In: *Semen*. n. 29. 2010. pp. 127-139. Disponível em: <http://semen.revues.org/8803>.
- GUILHAUMOU, J. *Os Historiadores do Discurso e a Noção-Conceito de Formação Discursiva: narrativa de uma transvaliação imanente*. In: BARONAS, R. L. (Org.) *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007. pp. 105-117.

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. [1971] *A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso*. In: BARONAS, R. L. (Org.) *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007. pp. 13-32.

LECOURT, D. *Sur l'archéologie du savoir (à propos de Michel Foucault)*. In: *La Pensée*. n. 152, 1970. pp. 88-99.

MAINGUENEAU, D. *Unidades Tópicas e Não Tópicas*. In: _____. *Cenas da Enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARANDIN, J. M. *Problèmes d'analyse de discours: essai de description du discours français sur la Chine*. In: *Langages*. n. 55, 1979.

PÊCHEUX, M. [1983] *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas / SP: Pontes Editores, 2006.

_____. [1975] *Semântica de Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi [et al.]. 4. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2009.